

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 3, Número 2, Outubro de 2014

Monarquias parlamentares democráticas

Alfred Stepan, Juan J. Linz e Juli F. Minoves

**Direitos dos homossexuais:
Por que a democracia importa**

Omar G. Encarnación

**O flerte dos nacionalistas russos
com a democracia**

Pål Kolstø

Dossiê Ucrânia

A casa que Yanukovych construiu

Serhiy Kudelia

Sociedade civil e democratização

Lucan Way

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Sergio Fausto (coord.)

Isadora Carvalho

Apresentação

Esta edição do Journal of Democracy em Português traz uma novidade em relação às anteriores: a inclusão de um artigo sobre a luta dos homossexuais pelo reconhecimento pleno de seus direitos, inclusive o de se casar com pessoa do mesmo sexo. Esse é um tema em geral ausente das publicações sobre democracia e relações internacionais, o que contrasta com o crescente protagonismo assumido por movimentos LGBTs em vários países. Em seu texto, Omar G. Encarnación recupera a história e o passado recente da luta dos homossexuais nos Estados Unidos, na Europa e, para surpresa de muitos, na América Latina, o Brasil inclusive. As conquistas obtidas deram lugar à reação de setores mais conservadores, alguns abertamente homofóbicos. Mais contida e restrita em países ocidentais, mostra Encarnación, a reação é virulenta em países da África, do Oriente Médio e na Rússia, em geral liderada pelos próprios governos nacionais. Constatado esse contraste entre países não autoritários e países autoritários, o autor explora as razões pelas quais a democracia e os direitos dos homossexuais andam de mãos dadas. Conclui-se tratar de um casamento não isento de tensões, mas no qual os dois cônjuges se reforçam mutuamente: a democracia propiciando as condições para o desenvolvimento das lutas pelos direitos dos homossexuais e estas aprofundando a democracia pela ampliação do alcance dos direitos humanos.

Aparentemente mais sisudo, o artigo sobre como regimes monárquicos podem ou não se tornar democráticos não é menos atual. Escrito por três cientistas políticos, entre eles dois de grande renome, Alfred Stepan e Juan Linz, o artigo avalia algumas monarquias árabes atuais a partir da experiência histórica europeia (sete dos dezesseis países democráticos da Europa com mais de um milhão de habitantes são monarquias). A análise da experiência europeia lhes serve para

identificar cinco fatores que impulsionam ou impedem a passagem de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional e desta para uma monarquia democrática. Das monarquias árabes atuais, as do Golfo surgem como as menos propensas à democratização. Já o Marrocos “diferentemente da Arábia Saudita, (tem) eleições, partidos e parlamento (...) significativos (...) e uma família real (...) pequena e não (...) especialmente poderosa”. Apesar disso, reconhecem os autores, também no Marrocos frustram-se até agora as maiores esperanças da “primavera árabe”.

Segue esta edição com um par de artigos sobre processos e atores políticos na Ucrânia e outro sobre a política na Rússia, temas e países cada vez mais entrelaçados. Ucrainiano de origem, o cientista político Sierhiy Kudelia dissecou o regime de Yanukovitch, analisa a sua queda em fevereiro deste ano e avalia as condições para a consolidação da democracia naquele país. Sua conclusão é de que a Ucrânia já não se amolda mais a um governo autoritário, o que “não significa que uma nova tentativa de construir um sistema democrático duradouro será bem sucedida”. Por sua vez, o também cientista político Lucan Way põe em foco o papel da sociedade civil ucraniana na deposição de Yanukovitch e discute as possíveis contribuições de organizações não governamentais à democratização do país. Way coloca em xeque a ideia de que o ex-presidente tenha sido deposto pela força da sociedade civil ucraniana. Analisando os protestos e a disputa de poder que resultou na mudança de regime na Ucrânia, ele enxerga mais debilidade do que fraqueza na sociedade civil. Faltaria àquele país uma rede de organizações capaz de fazer a diferença na institucionalização democrática do novo regime. Já os grupos mais bem organizados, mobilizados na onda de protestos que varreu o país, gravitam em torno de identidades regionais e políticas excluídas, não raro marcadas pela intolerância. Assim como Kudelia, Way vê mais pontos escuros do que claros no horizonte da democracia na Ucrânia.

O texto que completa o núcleo de artigos desta edição examina o panorama político na Rússia a partir de um ângulo surpreendente. Pal Kolsto, da Universidade de Oslo, identifica a crescente intercessão entre duas vertentes até aqui separadas na política russa: o liberalismo-democrático e o nacionalismo. Nas suas palavras, “não apenas há partes da oposição russa pró-Occidente, liberal e democrática, se aproximando de posições nacionalistas, como muitos nacionalistas russos estão agora preparados para abraçar valores e princípios democráticos, levando a novas constelações políticas”. Sintomaticamente, o título de seu artigo é “O flerte dos nacionalistas russos com a democracia”. Ou seja, se trata de um fenômeno que ainda está em suas etapas preliminares. Se o flerte se tornar namoro firme, o nacionalismo autocrático de Vladimir Putin conhecerá um novo e perigoso adversário. Dadas as posições e pretensões geopolíticas do Kremlin, o tema interessa não apenas àquele país, mas ao mundo em geral e aos vizinhos da Rússia em particular, em especial os antigos membros da União Soviética.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê Ucrânia

A CASA QUE YANUKOVYCH CONSTRUIU*

Serhiy Kudelia

Serhiy Kudelia é professor-assistente de ciência política da Baylor University. Escreve amplamente sobre questões pós-soviéticas e pós-comunistas, e é coautor de The Strategy of Campaigning: Lessons from Ronald Reagan and Boris Yeltsin [A estratégia de campanha: Lições de Ronald Reagan e Boris Yeltsin] (2008).

No arco dos eventos recentes envolvendo a Ucrânia — um país cuja situação agora é considerada por muitos um ponto de inflexão na história pós-Guerra Fria —, o repentino exílio do presidente Viktor Yanukovich, em 21 de fevereiro de 2014, destaca-se como o momento crucial. Quando sua comitiva deixou Kiev em direção a Kharkov ao leste (e, por fim, à Rússia) naquela fria noite de inverno, a viagem não era meramente de um lugar para outro no mapa mas, em certo sentido, de uma era história para a seguinte.

A ironia viajou com ele. Yanukovich havia sido eleito por estreita margem por um eleitorado regionalmente dividido, com a promessa de trazer estabilidade para um país devastado por anos de discordância. Ainda assim, sua presidência chegou ao fim de forma prematura no meio de uma polarização interna sem precedentes e de uma onda de violência contra civis promovida pelo Estado jamais vista na Ucrânia

*Publicado originalmente como “The House that Yanukovich Built”, *Journal of Democracy*, Volume 25, Número 3, Julho de 2014 © 2014 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

independente. Dependendo da coerção do público e do clientelismo partidário (assim como a Rússia de Vladimir Putin), Yanukovych tentou manter o controle sobre o Estado e entregou-se ao forte desejo de silenciar os dissidentes. Mesmo assim, as peculiares características estruturais da Ucrânia (sobretudo suas preferências regionais fortemente divergentes) e seus próprios equívocos frustraram seus planos de consolidação autoritária e lhe custaram seu cargo.

Externamente, a expulsão de Yanukovych tornou-se um pretexto para a interferência russa na soberania da Ucrânia, com Moscou contestando a legitimidade de seu afastamento, assumindo o controle da península da Crimeia e promovendo uma pressão separatista ao sul e ao leste. A Ucrânia e seu governo pós-Yanukovych sob o presidente Petro Poroshenko (eleito em 25 de maio) precisa agora lutar não apenas contra os problemas usuais de democracia e governança, mas com desafios básicos do Estado, enquanto o mundo democrático luta para encontrar uma resposta apropriada ao “projeto eurasiático” de Putin.

O mal governo de Yanukovych, a reação popular contra ele, e o modo como caiu estremeceram as fundações do ainda nascente e problemático Estado da Ucrânia. No entanto, não havia nada preparado para esse cenário. Yanukovych dispunha de instintos políticos bons o bastante para transformar uma derrota humilhante nas eleições presidenciais de 2004 em uma vitória nas urnas seis anos mais tarde. Mas uma vez no cargo, sua sede por poder e fortuna se mostrou devastadora tanto para ele quanto para seu país. Para entender as razões do efeito destrutivo da presidência de Yanukovych, é preciso olhar para a maneira pela qual ele reconfigurou o regime político da Ucrânia e as estratégias que ele adotou para manter o poder.

Quando Yanukovych se tornou presidente, em fevereiro de 2010, tanto seu mandato quanto seus poderes formais eram limitados. Ainda assim, nenhuma dessas limitações o restringiu. Embora eleito por uma estreita margem, ele desprezou críticos tanto da oposição quanto de

seu próprio grupo político e continuou a agir como se houvesse tido uma vitória esmagadora. Com a ajuda de tribunais submissos, ele expandiu o alcance de seus poderes formais para muito além do que fora exercido por qualquer presidente anterior. O Partido das Regiões (PR) reviveu sua carreira política e o lançou ao poder ao conquistar os votos em sua base ao leste, formado, majoritariamente, pelo eleitorado de língua russa. Ainda assim, ele marginalizou o PR para promover um grupo de apoiadores.

Na esteira da Revolução Laranja, Yanukovych parecia estar acabado. Sua tentativa frustrada de fraudar a acirrada disputa presidencial de 2004, somada às humilhantes revelações a respeito de seu histórico criminal (quando jovem, passou vários anos preso por roubo e agressão), deveria ter posto um fim a qualquer ambição política futura. No entanto, no decorrer do mandato do rival Viktor Yushchenko de 2005 a 2010, a ascensão de Yanukovych à presidência tornou-se inevitável. Diz-se que Yanukovych não conquistou o poder, mas sim Yushchenko e sua eventual aliada Yulia Tymoshenko o perderam, ao alienarem seus eleitores por meio de disputas entre si.

Essa narrativa padrão, entretanto, falha em reconhecer quão efetivo foi o PR, especialmente quando se tratava de politizar diferenças culturais e linguísticas dentro da Ucrânia. Em 2005, o partido emergiu como um refúgio para todos os antigos membros do governo ameaçados pelas novas autoridades. De seu núcleo, na elite regional da populosa e altamente industrializada Bacia do Donets (Donbass), no extremo leste da Ucrânia, ele atraiu rapidamente pequenos partidos e figuras consolidadas de toda a parte leste e sul do país. Isso permitiu que o PR se posicionasse como um representante dos eleitores de língua russa de maneira geral, defendendo sua identidade e promovendo suas preferências políticas. A plataforma do partido defendia o aumento do status da língua russa, a renovação de laços mais próximos com a Rússia, a busca da neutralidade na esfera da segurança internacional e a descentralização do poder para as regiões. O apoio financeiro veio

de vários dos maiores magnatas da Ucrânia, incluindo Rinat Akhmetov e o empresário de gás natural Dmytro Firtash, cujo canal nacional de televisão tornou-se um veículo-chave de mídia para Yanukovych e seus aliados.

Com a economia em dificuldades (o PIB encolheu 15% em 2009), os Laranjas ainda divididos e uma máquina política bem azeitada apoiando-o, Yanukovych entrou na campanha presidencial de 2010 em boa forma. Mesmo assim, sua vitória estava longe de ser estrondosa. Sua margem sobre Tymoshenko foi de menos de um milhão de votos, conquistando ainda menos votos ao leste e ao sul do que havia recebido em 2004. Ele permanecia uma figura controversa, explorando as mesmas clivagens cultural e regional que haviam se tornado fortemente politizadas no ano anterior. Em 2010, essas clivagens serviram de base para a primeira “eleição de alinhamento” da história do país.¹ Durante o segundo turno, em 7 de fevereiro de 2010, Yanukovych conquistou 78,5% dos votos no leste da Ucrânia, enquanto Tymoshenko obteve 80% a oeste. Ele não conseguiu atingir a marca de 50% nacionalmente, terminando logo abaixo dos 49%. Diante dessa situação — um mandato estreito de um grupo decrescente e regionalmente concentrado de eleitores —, Yanukovych poderia ter reagido ajustando suas políticas e dialogando com um eleitorado mais amplo. Em vez disso, ele imediatamente começou a trabalhar nos bastidores para ampliar seus poderes.

Rumo ao retorno do autoritarismo

Yanukovych passou seu primeiro ano no cargo preparando o terreno para um governo autoritário. Ao fazê-lo, ajudou a transformar a democracia eleitoral minimalista da Ucrânia em um sistema eleitoral autoritário. Havia um alto nível de competição, mas também um processo eleitoral frágil, poucos controles formais sobre o Executivo, e firme controle presidencial sobre várias e importantes instituições “independentes”.² A base do sistema foi estabelecida em 1º de outubro de

2010, quando uma submissa Corte Constitucional derrubou as mudanças constitucionais trazidas pela Revolução Laranja e reestabeleceu o modelo superpresidencialista. As emendas de dezembro de 2004, que haviam conferido ao parlamento o poder de formar um governo, haviam sido parte de um pacto de elite mais amplo para oferecer uma saída pacífica para a crise da Revolução Laranja. O PR havia apoiado fortemente esse novo papel para o Legislativo e, posteriormente, defendeu até mesmo uma transição para o parlamentarismo. Assim que Yanukovych chegou ao poder, no entanto, o partido reverteu sua posição e começou a defender uma presidência mais forte. Com votos insuficientes na Verkhovna Rada (o parlamento unicameral da Ucrânia, com 450 assentos) para alterar a Constituição, o caminho para o superpresidencialismo passava por manobras judiciais para reestabelecer a Constituição de 1996, descartando as emendas de 2004 por razões procedimentais. Feito isso, Yanukovych imediatamente conquistou amplos poderes unilaterais para nomear e demitir membros do Executivo, enquanto um conjunto de regulamentos posteriormente aprovados exigiam a anuência do presidente para qualquer iniciativa do governo. De maneira significativa, seus poderes pessoais significavam que ele poderia colocar seu próprio pessoal nos principais cargos responsáveis pela aplicação da lei, sem o envolvimento do parlamento. Ele era agora o principal ator político do país não apenas informalmente, mas também formalmente.

Até então, nenhum partido isoladamente havia dominado as estruturas de poder da Ucrânia. O PR mudou isso e tornou-se o novo partido do poder, ajudando a ligar os vários níveis da burocracia ao presidente. Ele conquistou controle quase exclusivo sobre os principais cargos dos governos central e regionais, bem como em inúmeras agências do Executivo. O novo presidente do PR, Mikola Azarov, tornou-se o primeiro ministro, enquanto dois terços das pastas ministeriais e quase 90% de todos os governos regionais foram para membros do partido. Cada membro do partido nomeado para o governo de um *oblast* (na

Ucrânia, governadores são indicações presidenciais) também se tornou presidente da organização local do PR, fundindo portanto partido e Estado. Após as eleições locais de outubro de 2010, o PR também cooptou políticos independentes para dominar os legislativos locais em praticamente todo o país, com exceção de três *oblasts* no extremo oeste. A confiança de Yanukovych em seu partido tornou-se uma inovação importante e tornou seu regime mais coeso.

A maioria parlamentar também sofreu uma reconfiguração sob a influência do PR. Um grupo de desertores da antiga coalizão de Tymoshenko mudou de lado, transformando a Rada em uma instituição submissa, pronta para aprovar sem discussão as iniciativas do presidente. Em abril de 2010, ainda antes da reversão das emendas da Revolução Laranja de outubro, Yanukovych havia adquirido suficiente influência sobre o parlamento para garantir a ratificação dos controversos Acordos de Kharkiv. Esse pacto cedeu à Rússia o direito de posicionar sua Frota do Mar Negro na Crimeia até 2042 e também instava a Ucrânia a adotar oficialmente o status de país não alinhado em assuntos de política externa. Yanukovych usaria uma série de meios informais para manter a Rada sob seu controle até seu último dia no cargo — um feito não alcançado por nenhum de seus antecessores —, e acabou fugindo quando esse controle foi extinto.

A ascensão do controle do partido reduziu o círculo daqueles que se beneficiavam de grandes esquemas de *rent-seeking*. Os principais beneficiados eram Akhmetov, Firtash, um punhado de funcionários do PR e o filho mais velho de Yanukovych, Oleksandr, um rapaz de trinta e poucos anos formado pela faculdade de Odontologia da Donetsk Medical University. Yanukovych-*pai* colocou o jovem dentista no comando do império de negócios em expansão da família, com participação nos setores bancário, imobiliário, de construção, de vinhos e de carvão. A empresa de Oleksandr, Mako Holding, tornou-se o negócio de maior crescimento na Ucrânia, dobrando seu patrimônio de US\$ 63 milhões em 2011 para US\$ 121 milhões apenas um ano mais tarde. Ao

reduzir o conjunto de pessoas que enriqueceram por meio de *rent-seeking*, Yanukovych fortaleceu a lealdade de seu círculo mais próximo, mas deixou muitos se sentindo excluídos e com raiva — um resultado que fez da capacidade de coagir empresários uma prioridade do regime.

Como presidente, Yanukovych demonstrou timidez ao coagir. Sua promessa de campanha de “auditar” as atividades de seus antecessores rapidamente se tornou um pretexto para perseguir Tymoshenko e alguns de seus companheiros por meio da Procuradoria-Geral e do Serviço de Segurança (a primeira, dirigida por um apadrinhado de Yanukovych de Donetsk, e o último, por um político-empresário multimilionário uma vez acusado por Tymoshenko de participar de esquemas de corrupção empresarial relacionados ao comércio de gás). O Serviço de Segurança provou-se instrumental para construir o processo criminal contra Tymoshenko, que focou na denúncia de que ela havia cometido abuso de autoridade ao fechar um novo acordo de comércio de gás natural com a Rússia em janeiro de 2009. A acusação encaminhou o caso rápida e implacavelmente pelos tribunais, opondo-se à maioria das testemunhas de defesa e pedindo para que o juiz a colocasse atrás das grades mesmo antes do fim do julgamento. No que pareceu uma mobilização para desacreditá-la ainda mais, a promotoria fez novas acusações contra ela mesmo após o início do cumprimento da sentença de sete anos, no final de 2011. Os juízes que condenaram Tymoshenko e seu antigo ministro do Interior, Yuri Lutsenko, receberam promoções e outras recompensas materiais do Estado.

Uma dúzia de outros funcionários ligados a seu governo foram denunciados ou deixaram a Ucrânia temendo a instauração de processo. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou as prisões preventivas nos casos de Tymoshenko e Lutsenko arbitrárias, e decidiu que os direitos dos réus haviam sido violados de maneira grave o bastante para lançar dúvidas sobre a legalidade de suas condenações. Os governos ocidentais também foram unânimes em repudiar os processos criminais como “julgamentos seletivos” politicamente motivados.

O que fez da abordagem coercitiva de Yanukovych incomum para a Ucrânia foi a maneira pública e formal pela qual ele a perseguiu. É verdade que o presidente autoritário anterior Leonid Kuchma (1994-2005) havia tentado levar Tymoshenko para a cadeia em 2001, mas os tribunais o haviam impedido apesar da intensa pressão para prendê-la, e Kuchma posteriormente fez uso de meios informais (ainda que brutais) de controle. Táticas como julgamentos de fachada — inéditos para a Ucrânia pós-independência — haviam se tornado possíveis graças à subordinação quase total do Judiciário a Yanukovych. Uma de suas primeiras iniciativas políticas, transformada em lei pelo parlamento em julho de 2010, havia diluído os poderes de apelação à Suprema Corte e dado ao presidente controle indireto sobre a nomeação de magistrados.

Dificuldades da consolidação autoritária

Apesar dos sucessos iniciais de Yanukovych como autoritário aspirante, vários desafios sem solução assolaram seu governo. Para começar, havia o baixo potencial de mobilização de seus principais apoiadores, além de sua concentração geográfica a leste (especialmente na Donbass). Esse problema era particularmente agudo dado que a oposição mais intensa a Yanukovych vinha do oeste.³ As divisões regionais da Ucrânia sempre serviram como forte barreira à consolidação do poder: tentativas de um líder de uma região de usurpar todo o poder se deparavam automaticamente com resistência “baseada simplesmente em identidades e interesses regionais”.⁴ Além disso, o oeste da Ucrânia estava especialmente sujeito a manifestações coletivas de descontentamento público. Durante os últimos anos de domínio soviético, foi uma das primeiras regiões onde ocorreram manifestações nacionalistas de massa.⁵ Durante a Revolução Laranja, “revolucionários tinham probabilidade mais de oito vezes maior de ser do oeste da Ucrânia”.⁶ De maneira similar, na metade da presidência de Yanukovych, em março de 2012, em média um a cada dois entrevistados na parte

oeste do país expressava uma disposição a aderir aos protestos contra condições econômicas e políticas adversas.⁷ Entrevistados do leste, em contraste, tinham a metade da probabilidade de expressar tal disposição. Mesmo quando perguntados, hipoteticamente, se adeririam a protestos em caso de proibição da língua russa, apenas 15% dos entrevistados da Donbass, onde esmagadoramente se fala o russo, disseram que estariam dispostos a protestar.

Na Rússia, o regime de Putin tem sido capaz de desenvolver uma alta capacidade de contramanifestação, levando às ruas um grande número de apoiadores motivados para neutralizar ou se antecipar aos manifestantes.⁸ Na Ucrânia, Yanukovych e o PR nunca alcançaram nada parecido. Em vez disso, dependeram de “multidões de aluguel” formadas basicamente por jovens apáticos (às vezes acompanhados de *skinheads*), que eram pagos para fazer número em comícios organizados pelo regime. A falta de uma estratégia real de mobilização popular de Yanukovych deixou-o vulnerável ao surgimento de uma contestação coletiva de seu governo vinda da sociedade.

Ambiguidade ideológica era outra fraqueza do regime. Os grupos jovens pró-governo de Putin e a imprensa controlada pelo Estado reforçam sua mistura de nostalgia soviética, moralismo conservador e excepcionalismo russo, que se mostrou popular entre eleitores de várias idades, profissões e origens. Yanukovych também ficava aquém nesse quesito. Ele não possuía uma mensagem ideologicamente clara e enviava sinais confusos. Ele chegou ao poder como o herói da Ucrânia de língua russa, ao sul e ao leste, jurando defender políticas paternalistas de bem-estar social populares por lá. Então, num esforço de triangulação, repentinamente começou a enaltecer as raízes europeias da Ucrânia e suas ambições de aderir à UE. Conduzida de maneira hábil, tal mudança retórica — na prática, um aceno ao oeste da Ucrânia — poderia ter contribuído para a criação de uma nova base de legitimação para sua presidência. No entanto, a corrupção sem precedentes ocorrida em seu governo, somada a seus esforços para punir líderes da

oposição, minaram seus esforços de se reinventar como um modernizador pró-europeu. A UE há muito se recusava a assinar o acordo de associação com a Ucrânia, citando violações de normas democráticas e reformas píffias.

Em outro contraste com a Rússia (e também com Belarus), nenhum autocrata na Ucrânia jamais conseguiu algo parecido com o sucesso de Putin (ou de Aleksandr Lukashenko) em marginalizar os partidos de oposição. Essa diferença deve-se muito a duas características estruturais-chave da Ucrânia: há profundas clivagens entre regiões e nenhuma delas claramente domina. Portanto, durante o mandato de Yanukovich, maiorias da oposição facilmente mantiveram o controle sobre as câmaras municipais em todo o oeste. Lá também os partidos de oposição da Ucrânia demonstraram maior capacidade de trabalhar juntos do que os da Rússia. Tão logo Yanukovich deu início à repressão aos líderes da oposição, seus partidos se reuniram para formar o Comitê de Resistência à Ditadura. A prisão de Tymoshenko e a aprovação de uma lei banindo coalizões partidárias para as eleições parlamentares causaram a fusão entre os dois maiores partidos da oposição: o Pátria, de Tymoshenko, e o Frente para a Mudança, de Arseni Yatseniuk, tendo Yatseniuk como principal líder.

Esse novo bloco aliou-se com os outros dois principais partidos — o liberal Aliança Democrática Ucraniana pela Reforma (UDAR) e o nacionalista Svoboda — em preparação para as eleições parlamentares de outubro de 2012. Juntos, os três partidos conquistaram 121 dos 225 assentos que foram escolhidos por lista partidária. No entanto, ficaram aquém de conquistar maioria parlamentar, já que a outra metade dos assentos da Rada são escolhidos por voto distrital majoritário, e nessas disputas o PR obteve grande vantagem. (Sem falar da interferência administrativa e cobertura enviesada da imprensa, que favoreceram o PR e está documentada no relatório dos observadores da OSCE.⁹) Ainda assim, a oposição foi bem o bastante para eliminar qualquer chance de a Ucrânia se tornar um regime com partido dominante no estilo da Rússia.

Por fim, a vantagem financeira do PR foi compensada em algum grau porque as autoridades não foram capazes de impedir que empresários endinheirados financiassem as forças da oposição. Um doador bilionário de longa data de Tymoshenko continuou a apoiá-la apesar das ameaças. Outros tinham ambições políticas próprias, e buscaram manter um perfil político independente. Alguns magnatas alinhados a Yanukovych, incluindo Firtash, financiaram a oposição de maneira escondida para conseguir incluir seus candidatos pessoais nas listas partidárias parlamentares. Por meio de arranjos como esses, a oposição foi capaz até mesmo de expor suas visões por meio da imprensa nacional, que permaneceu mais pluralista do que a de qualquer Estado autoritário na região.¹⁰

A armadilha familiar

Para o regime de Yanukovych, as eleições de outubro de 2012 para a Rada representaram um ponto de inflexão. Embora o presidente tenha conseguido costurar uma maioria parlamentar, sua popularidade havia atingido o ponto mais baixo. Seu partido terminou com 1,9 milhão de votos a menos do que havia recebido em 2007 — uma perda que pode ser atribuída apenas em parte ao declínio da população da Ucrânia, de cerca de um milhão de pessoas no período.¹¹ Olhando para as eleições presidenciais de 2015, Yanukovych provavelmente calculara que distanciar-se do PR e buscar novas fontes de eleitores seria uma boa ideia.

Para implementar a primeira fase dessa abordagem, o presidente realizou uma mudança ministerial, substituindo membros do PR por indicações de pessoas leais, que poderiam canalizar renda e recursos do Estado na construção de uma nova base de poder. Os maiores beneficiados — que receberam os principais postos do governo, no comando dos assuntos financeiros e econômicos da Ucrânia — foram pessoas próximas ao filho mais velho do presidente, Oleksandr. O império de negócios em expansão de Yanukovych tentou se esconder atrás de inúmeras empresas de fachada e laranjas. O mais notório deles era um

rapaz de 27 anos que em 2013 tornou-se repentinamente um dos principais nomes da comercialização de energia da Ucrânia, graças aos lucrativos privilégios e isenções recebidos por “sua” companhia. Parte dos lucros foi usada para adquirir importantes revistas de circulação nacional, conhecidas por terem investigado os negócios da família. Seguindo sua abordagem “a família em primeiro lugar”, os ministérios de segurança também eram ocupados por velhos apadrinhados de Yanukovych de Donetsk.

A mudança para o “familismo” deu início a um processo tentativo de consolidação autoritária, normalmente caracterizado por uma transição de governo autoritário coletivo baseado em um grupo diverso de apoiadores para um sistema autocrático mais personalizado.¹² Uma implicação dessa mudança foi um novo padrão de compartilhamento dos espólios, a maioria dos quais agora ia para Akhmetov, Firtash e Oleksandr Yanukovych. Suas companhias receberam tratamento exclusivo em processos de licitação, provisão de subsídios e grandes processos de privatização, tendo ganho quase metade de todos os contratos de licitação em 2012 e 2013.¹³ Ao mesmo tempo, o total de ativos do All-Ukrainian Development Bank de Oleksandr Yanukovych dobrou no período de um único ano, alcançando US\$ 100 milhões ao final de 2013. Naquele mesmo ano, suas firmas também receberam 70% de todos os contratos — totalizando US\$ 875 milhões — da companhia ferroviária estatal ucraniana. As inseguranças de Viktor Yanukovych levaram-no a decidir elevar seu “clã familiar”, mas no final essa escolha apenas tornaria seu objetivo de se manter no poder mais difícil de alcançar.

As chances de Yanukovych de vencer outra eleição presidencial justa nunca pareceram promissoras. Durante seu primeiro ano de gestão, sua aprovação despencou de 47% para 26%, e nunca se recuperou.¹⁴ Durante a maior parte de seu mandato, pesquisas de opinião mostraram que ele perderia a disputa com qualquer um de seus principais rivais. Em maio de 2013, o líder opositor Vitali Klitschko da UDAR ha-

via alcançado pequena vantagem em relação a Yanukovych no primeiro turno.¹⁵ Mesmo ao leste da Ucrânia o presidente mal atingia 25% das intenções de voto. Em outubro, 86% dos entrevistados diziam se sentir insatisfeitos com a economia, enquanto 78% expressavam insatisfação com a situação política interna.¹⁶ Nove a cada dez não estavam satisfeitos com as políticas de criação de emprego ou de combate à inflação de Yanukovych e quase a mesma porcentagem (85%) era crítica em relação a seus esforços anticorrupção. Afligido por uma recessão e com poucas opções disponíveis para a obtenção de empréstimos externos para financiar o crescente déficit orçamentário (a Ucrânia era avaliada com um alto risco de *default*), Yanukovych dispunha de poucos meios para proteger a população das dificuldades econômicas. Se ele quisesse se reeleger, precisaria da ajuda da Rússia ou do Ocidente.

O chefe de gabinete da presidência, Serhiy Liovochkin, liderava um grupo de conselheiros que recomendava a Yanukovych que assinasse o acordo de associação com a UE e concorresse como um suposto reformista.¹⁷ A ideia era fazer com que sua campanha transmitisse um olhar para o futuro, uma mensagem otimista (apoiada pela associação com a “marca” UE) que neutralizaria as críticas do Ocidente e, de maneira crucial, também o permitisse conquistar uma fatia mais ampla do eleitorado no centro e a oeste do país, onde a ideia de laços mais estreitos entre a Ucrânia e a UE era e ainda é popular.

Essa estratégia implicava vários riscos. O primeiro era que isso poderia custar ao presidente mais votos ao leste (ainda que apenas na forma de abstenção) do que ele ganharia no restante do país. Eleitores do leste eram favoráveis a laços mais estreitos com a Rússia e já se sentiam ansiosos em relação à deterioração das relações entre Moscou e Kiev, que haviam caracterizado o período de Yanukovych no cargo. A Rússia havia se recusado a reduzir os preços do gás natural, enquanto Yanukovych havia se recusado a aderir a uma união aduaneira com a Rússia. Uma pesquisa de outubro de 2013 mostrou que 68% dos ucranianos, em particular a leste e ao sul, sentiam-se insatisfeitos

com a maneira pela qual Yanukovych tratou as relações com a Rússia.¹⁸ O crescimento dos votos para Yanukovych no centro e a oeste era incerto, dado quão impopulares eram suas políticas pró-língua e educação russófonas naquelas regiões. Ainda assim, qualquer coisa que reduzisse a votação de seus eleitores ao leste poderia arruinar sua candidatura à reeleição.

O segundo risco de tentar “triangular” a UE contra a Rússia era a possibilidade de que Moscou respondesse a um acordo de associação punindo a Ucrânia economicamente. Antes da Terceira Cúpula da Parceria Oriental da UE, realizada em Vilna no final de novembro de 2013, a Rússia reduziu as importações da Ucrânia e ameaçou pôr fim ao tratamento privilegiado de empresas ucranianas caso o acordo de associação fosse assinado. Autoridades russas se preocupavam publicamente com a perspectiva de que produtos baratos produzidos na UE vindos da Ucrânia prejudicassem os produtores russos. Por trás das ameaças econômicas escondia-se o temor de Putin sobre as implicações de relações mais próximas entre a UE e Kiev para seu projeto geopolítico de construir uma “união eurasiática” por todo o vasto espaço pós-soviético. A retaliação econômica russa era uma preocupação séria: ela rapidamente transformaria a recessão ucraniana em uma verdadeira crise, enquanto a assinatura do acordo de associação permanecia (ao menos no curto prazo) um passo em larga medida simbólico, que não faria nada para suprir as necessidades imediatas dos eleitores ucranianos.

Por fim, havia o risco representado pela principal demanda da UE, que era a liberação de Tymoshenko. Um acordo que a permitiria deixar a Ucrânia para tratamento médico na Alemanha parecia oferecer uma saída, mas fracassou quando a Alemanha rejeitou quaisquer limites à sua liberdade de circulação uma vez no país. Até que ela fosse libertada, a UE não iria assinar o acordo, mas deixá-la ir concederia à oposição ucraniana uma importante vitória moral, daria a ela uma posição renovada como crítica de Yanukovych (especialmente aos olhos do Ocidente) e afastaria os próprios eleitores do presidente (majorita-

riamente a favor de mantê-la na prisão).

Se Yanukovych estivesse disposto a correr esses riscos, a única estratégia de campanha disponível era “mais do mesmo”. Ele teria que contar com o mesmo bloco eleitoral do leste que o havia apoiado em 2010 e teria que manter seu entusiasmo por meio da mesma dependência de clientelismo social, clivagens históricas e culturais e alinhamento com a Rússia que haviam funcionado em suas campanhas anteriores. Mais uma vez, buscar a ajuda financeira da Rússia — incluindo preços reduzidos de gás natural — ofereceria uma maneira de manter os gastos sociais altos, os preços de energia baixos, e uma rolagem segura da dívida de curto prazo. E, caso fosse necessário, a estratégia “mais do mesmo” também poderia incluir táticas eleitorais pesadas e até mesmo fraude como último recurso.

Ao cabo, os riscos econômicos e políticos de se assinar o acordo de associação se mostraram grandes demais para Yanukovych, levando à sua decisão no fatídico 21 de novembro de 2013 de suspender as negociações com a UE. No princípio, o retrocesso parecia gerenciável: as poucas centenas de manifestantes que se reuniram na Praça da Independência de Kiev naquela noite para reclamar não pareciam uma reminiscência das vastas multidões da Revolução Laranja. Ainda assim, semanas depois as fileiras de manifestantes se expandiram para um movimento mais amplo que representou a ameaça para a qual o regime de Yanukovych estava menos preparado.

O fim do regime

No começo, as autoridades não pareciam muito preocupadas com os pequenos protestos pró-UE no centro de Kiev. Yanukovych havia resistido a manifestações similares de fúria popular em agosto de 2012, quando assinara uma lei estabelecendo o russo como língua oficial e, novamente mais tarde naquele mesmo ano, quando acusações de fraude nas eleições parlamentares tornaram-se públicas. A tendên-

cia predominante na opinião pública não sinalizava uma profunda impaciência.¹⁹ Provavelmente estimando que as manifestações também se dispersariam, Yanukovych respondeu a elas com uma mistura errática de repressão, conciliação e contramanifestações fracamente organizadas. Quando o pequeno comício pró-europeu na Praça da Independência inesperadamente tornou-se uma ampla rebelião anti-governamental, tanto Yanukovych quanto a oposição política foram pegos de surpresa. Mas foi pior para o regime, que viu intensificadas suas contradições internas.

O estreitamento do círculo de confiança do presidente havia colocado os correligionários de linha-dura no comando dos ministérios mais poderosos, excluindo os mais moderados do PR, como Liovochkin. Isso ajuda a explicar a avaliação inicial do governo de que uma “mão pesada” rapidamente empregada impediria que a manifestação ganhasse o apoio da massa. No evento, entretanto, a repressão produziu o efeito contrário: a decisão de usar a força contra os poucos manifestantes remanescentes em 30 de novembro aumentou largamente o apoio ao movimento e radicalizou suas demandas. Em meados de dezembro, o envio pelas linhas-duras da tropa de choque para limpar a praça levou a um crescimento do isolamento do regime em relação ao Ocidente e a ameaças de sanções contra seus principais líderes. Para dinheiro e para apoio político, agora não restava outra opção a Yanukovych senão acenar para o Kremlin.

O movimento de protesto persistiu não apenas graças à coragem e engajamento de manifestantes comuns, mas também porque alguns dos principais empresários o financiaram. A decisão de Yanukovych de promover sua “família” como um negócio havia tornado a vida mais difícil para alguns dos oligarcas de sua coalizão. A lei de agosto de 2013 sobre preços de transferência diminuiu o espaço de evasão fiscal dos maiores exportadores da Ucrânia e impulsionou a capacidade extrativa da máquina de arrecadação de impostos do Estado. Aos olhos dos preocupados oligarcas, a lei parecia uma ferramenta para fazê-los

compartilhar renda com a “família” e punir qualquer sinal de deslealdade antes da eleição presidencial. Ao permitir que os “empresários da família” tomassem os ativos dos leais oligarcas, Yanukovych havia demonstrado que poderia dar as costas a seus aliados mais ricos. Alguns deles responderam financiando secretamente os protestos, como uma forma de autodefesa (a principal manifestação, em Kiev, custava cerca de 70 mil dólares por dia).²⁰ Como outra forma de manter o governo desnorteado, a maioria das redes de televisão de propriedade de oligarcas deu aos protestos uma cobertura ampla e altamente favorável. Ao voltar-se para o familismo, Yanukovych ajudou a engrossar as fileiras de seus inimigos.

A ausência de controles institucionais sobre a presidência agravou o impasse entre sociedade e Estado. Yanukovych usou seus amplos poderes para aprovar no parlamento uma lei que instituía novas multas e até mesmo penas criminais para vários tipos de protestos não autorizados. Essa jogada também produziu o efeito inverso, aumentando as tensões entre a polícia e os manifestantes, e ajudando a espalhar os protestos para além de Kiev.

A falta de supervisão institucional também criou um senso de impunidade dos agentes de aplicação da lei. A tropa de choque usava força excessiva contra qualquer um visto como um potencial manifestante, e valeu-se até mesmo de táticas letais nas últimas semanas de confronto. Agentes disfarçados abduziam participantes dos protestos, brutalizando ou assassinando-os para intimidar os demais. Quanto aos esforços explícitos de processar os manifestantes, estes não tinham nenhuma esperança de legitimidade, dada a notória subordinação do sistema judiciário ao presidente. Sem instituições imparciais de aplicação da lei, a ordem legal rapidamente se desintegrou.

O enorme poder da presidência tornava mais difícil para Yanukovych alcançar uma solução negociada junto à oposição. Quando ele tentou acalmar os protestos oferecendo nomear Yatseniuk como premiê, a

oposição rejeitou a ideia, temendo que Yanukovych estivesse apenas usando Yatseniuk para desacreditá-lo e posteriormente exonerá-lo. O impasse foi (aparentemente) resolvido apenas quando Yanukovych concordou com mudanças constitucionais imediatas em 21 de fevereiro de 2014, dando à maioria parlamentar o poder de formar um governo. Naquele momento, mais de uma centena de pessoas já haviam morrido nas mãos das forças de segurança.

Outro fator que tornou o regime mais rígido — e, portanto, mais sujeito ao colapso — foi a coesão do PR. Com a exceção de pequenas deserções, o partido do governo permaneceu leal a Yanukovych. Isso o levou a superestimar sua própria força, enquanto impediu que a oposição resolvesse a crise dentro das limitações institucionais existentes. A maioria presidencial na Rada sabotou todos os esforços de se aprovar um voto de não confiança, mas estas foram vitórias de Pirro, já que apenas tornaram a ala radical do protesto ainda mais forte. Mesmo após inúmeros manifestantes terem sido mortos em Kiev nos dias 18 e 19 de fevereiro, apenas 35 dos 205 parlamentares do PR apoiaram a resolução de 20 de fevereiro condenando a violência e exigindo a retirada das tropas da cidade. De maneira similar, não houve nenhuma defecção da cúpula do aparato de segurança.

Isso contrastava enormemente com o que acontecera durante a Revolução Laranja. Naquela época, a maioria parlamentar do regime rapidamente se desintegrou, enquanto importantes oficiais do aparato de segurança trabalharam secretamente com líderes da oposição e sabotaram ordens superiores. Diferentemente de 2004, a elite dirigente de 2014 era dominada pelos grupos leais ao presidente. Além disso, não havia nenhuma figura popular como Viktor Yushchenko, que conseguia mobilizar a oposição e dividir o regime. Importantes tenentes de Yanukovych poderiam privadamente hesitar, mas sem ter para onde ir, permaneceram ao lado de seu comandante. Isso explica a diferença na maneira como terminaram os dois levantes populares. Em dezembro de 2004, Kuchma aceitara a decisão da Suprema Corte de que teria

que haver um terceiro turno (ou seja, uma disputa entre Yushchenko e Yanukovych), pois muitos da elite dirigente já haviam desertado para a oposição, e porque o sucessor escolhido por Kuchma havia se tornado cada vez mais isolado internamente. Quase dez anos depois, não havia instituições independentes que pudessem agir para neutralizar a crise. Yanukovych teve que aceitar as demandas da oposição apenas quando já havia se tornado claro que sua incursão de 18-20 de fevereiro na Praça da Independência havia terminantemente falhado.

Vendo-se incapaz de pôr fim aos protestos por força, Yanukovych concordou com o que se mostrou ser sua última rodada de negociações com três líderes da oposição além de mediadores estrangeiros na noite de 20 para 21 de fevereiro. O pacto que assinaram em 21 de fevereiro exigia: (1) a restauração imediata da Constituição de 2004, portanto dando poderes à Rada para formar um governo; (2) uma revisão constitucional até setembro de 2014, para limitar ainda mais os poderes presidenciais; (3) a convocação de uma eleição presidencial antecipada em dezembro de 2014; (4) uma investigação, a ser supervisionada pelo Conselho da Europa, sobre os mais recentes atos de violência; e (5) um fim ao uso da força na disputa.

Naquele mesmo dia, a oposição e facções do PR na Rada votaram para reestabelecer a Constituição de 2004 e exonerar o ministro do Interior Vitali Zakharchenko (suspeito de ter sido um ator-chave no uso de violência pelo regime). Essa nova maioria parlamentar também apoiou algo a que Yanukovych há muito resistia: a soltura de sua antiga inimiga política Tymoshenko da prisão. Quando outros trinta parlamentares da Rada da facção do PR cruzaram o plenário, tornou-se claro que o regime estava se desintegrando. A rapidez de seu colapso, entretanto, causou surpresa tanto entre os apoiadores remanescentes de Yanukovych quanto na oposição.

A repentina implosão do regime em 21 de fevereiro foi uma consequência de seu desenho institucional peculiar. Como demonstrou Henry

Hale, presidências “patronais” (baseadas em clientelismo), como a de Yanukovych, mantinham-se coesas por meio do “efeito informação” de uma quantidade esmagadora de poder formal concentrada no gabinete do presidente e um “efeito focal” no qual uma elite trabalha junta em torno de um padrão comum.²¹ Em termos claros, tais presidentes mantêm um forte domínio sobre as agências coercivas do regime e as facções da elite, ajustando assim as expectativas acerca de sua permanência no poder. Ao ceder formalmente a maior parte de seus poderes sobre o Executivo para o parlamento, e ao permitir a exoneração de seus comparsas, Yanukovych na prática “rendeu-se”, e assim foi: as centenas de tropas do ministério do Interior que estavam protegendo o complexo presidencial e outros edifícios governamentais-chave de Kiev deixaram seus postos. Embora a Rada em 20 de fevereiro tenha adotado uma resolução para que as tropas do ministério do Interior deixassem Kiev, aqueles no comando de unidades relevantes cumpriram a ordem somente quando perceberam que o presidente não mais detinha real poder. Como lembrou o ministro das Relações Exteriores polonês e participante das negociações, Radek Sikorski, no momento em que o pacto foi assinado “a descompressão do regime iniciou-se muito rapidamente”.²²

As concessões de Yanukovych, entretanto, pouco fizeram para acalmar a Praça da Independência. Furiosas com o derramamento de sangue em massa ocorrido nos três dias anteriores, os manifestantes rejeitaram o acordo negociado e prometeram ocupar o edifício da administração presidencial em questão de horas caso o presidente não renunciasse. Naquele momento, entretanto, Yanukovych já estava de saída. Deixado com apenas alguns guarda-costas para protegê-lo da fúria popular, ele preferiu fugir de Kiev. Pressentindo seu destino, durante a última rodada de negociações ele deu início à retirada dos bens de valor de sua vasta e ostentadora residência próxima à capital, que logo se tornaria notória. Naquele momento, ele parecia perceber de maneira mais aguda do que qualquer um que a perda de seus extensivos poderes formais significaria o imediato colapso do regime.

Quando, uma semana mais tarde, Yanukovych alegou, de seu exílio autoimposto na cidade russa de Rostov do Don, que ele ainda era legalmente o presidente da Ucrânia,²³ quase já não tinha um público a quem se dirigir. Em 22 de fevereiro, uma maioria de 328 membros da Rada havia votado sua deposição do poder, citando o abandono de funções e as mortes de mais de oitenta manifestantes e policiais na recente onda de violência. O Partido das Regiões o repudiou, e a maioria de seus próprios eleitores já não o reconheciam como líder legítimo.²⁴ Os únicos que ainda poderiam estar lhe dando ouvidos eram sua família e Vladimir Putin. De certa maneira, a carreira política de Viktor Yanukovych chegou ao fim.

Procurado: um novo equilíbrio institucional

A experiência da presidência de Yanukovych pode ser vista como, entre outras coisas, outra demonstração da incompatibilidade estrutural da Ucrânia com um governo autoritário. Embora tenha parecido mais adepto do que qualquer um de seus antecessores a acumular poder em suas próprias mãos, o presidente provou ser muito menos habilidoso em responder às complicadas contracorrentes da política regional e de grupos de interesse que atravessam o país. Tentativas de impor as preferências de uma elite dirigente central em um Estado regionalmente diverso mais cedo ou mais tarde encontrariam resistência e, com ela, o possível desmantelamento da ordem política. O controle hierárquico por meio de uma “vertical de poder” é disfuncional quando faltam aceitação nacional e legitimidade. Se seus beneficiários se limitam ao círculo próximo do governante e representam apenas seu feudo regional, o governo está certamente condenado.

Infelizmente, o fracasso do segundo experimento autoritário na Ucrânia não significa que uma nova tentativa de desenhar um sistema democrático duradouro será bem sucedida. A violência e intervenção estrangeira que acompanhou e seguiu a queda do regime de Yanukovych produziu uma crise existencial do Estado ucraniano, com riscos enor-

mes para os ucranianos e muitos outros. Do ponto de vista da democracia, a vantagem de tal “conjuntura crítica” é que ela remove restrições anteriores ao redesenho das instituições políticas e torna mais prováveis inovações importantes. Ao mesmo tempo, as crises sempre encurtam os horizontes de tempo de atores-chave, na medida em que suas prioridades mudam da construção de uma governança democrática para impedir a ameaça imediata de aumento da dissolução do Estado.

A Ucrânia certamente necessita de uma maior descentralização, mas o mero empoderamento das regiões pode impedir a consolidação democrática no nível nacional. Como a experiência da Rússia nos anos 1990 indica, uma descentralização espontânea em um Estado fraco pode dar um controle monopolista sobre recursos regionais para algumas poucas elites locais. Isso levará à emergência de enclaves autoritários subnacionais, tendo chefes dos Executivos regionais como caciques.²⁵ Por sua vez, isso pode dificultar ainda mais a construção de capacidade de Estado de longo prazo e *accountability* horizontal em todos os níveis. O desfecho pode ser uma democracia fraca dividida em áreas de governo autoritário subnacional e baixa governança.

Para evitar tal resultado, a reforma genuína de instituições-chave — especialmente os tribunais e o aparato de segurança — precisa avançar em paralelo à descentralização de poder. Para se prevenir que o entrincheiramento autoritário aconteça nas regiões da Ucrânia, o país precisa ter um aparato de segurança com *accountability* e transparência para garantir a aplicação das leis nacionais, e um sistema de justiça despolitizado que possa administrar a justiça independente de lealdades clientelistas. Obviamente, não apenas as “pessoas armadas” e os juízes precisam ser reformados. Também deve sê-lo o funcionalismo público, começando com sua sujeição a mecanismos fiscalizatórios robustos que possam assegurar imparcialidade *vis-à-vis* interesses políticos e comerciais.

Da mesma forma, a adoção de um sistema eleitoral baseado na representação proporcional de lista aberta poderia contribuir para transformar a Rada de um tipo de clube exclusivo em um corpo legislativo verdadeiramente representativo. Partidos políticos precisam operar sob exigências mais estritas de transparência financeira, e deveriam revisar seus próprios procedimentos internos para garantir a rotatividade dos assentos parlamentares e outros cargos públicos importantes. Por fim, o empoderamento do governo formado por meio de maioria parlamentar deveria ser acompanhado de uma reforma consociativa do Poder Executivo, quicá por meio da introdução de quotas regionais no preenchimento de postos ministeriais e outros cargos públicos-chave.

A UE e outras organizações internacionais podem enviar dinheiro e assistência técnica para auxiliar essas reformas, mas no final das contas tanto a sociedade ucraniana de maneira geral quanto as elites do país terão que acreditar nelas e fazê-las funcionar. Se algo bom pode advir do governo destrutivo de Yanukovych, pode ser o fato de ele ter feito com que ucranianos comuns e da elite percebessem os benefícios relativos de um governo genuinamente democrático. Mesmo se a construção da democracia pareça custosa para qualquer grupo no curto prazo, permanece a única maneira de assegurar o desenvolvimento pacífico da Ucrânia como um Estado unificado.

Notas

1. Uma “eleição de alinhamento” é uma cujo resultado mostra continuidade nas escolhas do mesmo grupo de eleitores comparado à eleição anterior, e reflete a solidificação de sua lealdade a um candidato ou partido particular. Ver Timothy Colton, “An Aligning Election and the Ukrainian Political Community”, *East European Politics and Societies*, 25(1), fevereiro de 2011, pp. 4-27.

2. Larry Diamond, “Elections Without Democracy: Thinking About Hybrid Regimes”, *Journal of Democracy*, 13(2), abril de 2002, pp. 21-35; Steven Levitsky e Lucan A. Way, *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

3. Em novembro de 2011, apenas 3% dos respondentes a oeste da Ucrânia disseram estar dispostos a votar em Yanukovych. O número para o leste foi de 21%. Ver http://dt.ua/POLITICS/elektoralna_pidtrimka_yanukovicha_za_4_misyatsi_vpala_z_15_do_12.html

4. Paul D'Anieri, "Structural Constraints in Ukrainian Politics", *East European Politics and Societies*, 25(1), fevereiro de 2011, p. 32.

5. Mark Beissinger, "Nationalism and the Collapse of Soviet Communism", *Contemporary European History*, 18(3), edição especial, agosto de 2009, p. 338.

6. Mark Beissinger, "The Semblance of Democratic Revolution: Coalitions in Ukraine's Orange Revolution", *American Political Science Review*, 107(3), agosto de 2013, p. 8.

7. Ver http://ratinggroup.com.ua/upload/files/RG_Protesty_032012.pdf

8. Graeme B. Robertson, "Managing Society: Protest, Civil Society, and Regime in Putin's Russia", *Slavic Review*, 68(3), Fall 2009, pp. 528-47.

9. Ver o relatório dos observadores eleitorais da OSCE em <http://www.osce.org/odihr/elections/98578>

10. Ver <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-press/2013/ukraine>

11. De acordo com o *UN Demographic Yearbook* [Anuário demográfico da ONU] e o Comitê de Estatísticas Públicas da Ucrânia, o país passou de uma população total de 46,6 milhões em 2007 para 45,6 milhões em 2012.

12. Milan W. Svoboda, *The Politics of Authoritarian Rule* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012), p. 54.

13. Isso se baseia no ranking de compras públicas compilado pela *Forbes* em <http://forbes.ua/ratings/people>

14. "Opros: Prezidentskii reiting Yanukovych umenchilsia potchti v dva raza" [Pesquisa: Aprovação de Yanukovych caiu quase pela metade], *Korrespondent* (Kiev), 24 de fevereiro de 2011.

15. "Elektoralni namiri vibortsiv Ukraini naprikintsi travnia" [Intenções eleitorais de eleitores da Ucrânia no fim de maio], 17 de junho de 2013, disponível em <http://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=173&page=1>

16. IFES, “Public Opinion in Ukraine 2013: Key Findings, December 2013”, disponível em <http://www.ifes.org>

17. Petr Chuklinov, “Chuvalov: Tshuvstvuiu otvetstvenost za to, tchto natvoril Yanukovych” [Chuvalov: ‘Sinto-me responsável pelas ações de Yanukovych’], *Liga.net*, 2 de abril de 2014, disponível em http://news.liga.net/interview/politics/1155843-shuvalov_chuvstvuyu_otvetstvennost_za_to_chno_natvoril_yanukovich.htm

18. IFES, “Public Opinion in Ukraine 2013: Key Findings, December 2013”, disponível em <http://www.ifes.org>

19. Para uma análise mais detalhada das pesquisas de opinião, ver Maria Zolkina, “Euromaidan: Peredumovi masovoho protestu” [Euromaidan: Pré-condições para protestos em massa], *Hromadska Dumka* [Opinião pública], 21(1), 2014.

20. Entrevista do autor com Taras Stetskiv, Kiev, 19 de dezembro de 2013.

21. Henry Hale, “Formal Constitutions in Informal Politics: Institutions and Democratization in Post-Soviet Eurasia”, *World Politics*, 63(4), outubro de 2011, pp. 581–617.

22. Como visto no programa *GPS* de Fareed Zakaria na CNN, 23 de fevereiro de 2004.

23. Sobre as questões legais e constitucionais relacionadas à saída de Yanukovych, ver Daisy Sindelar, “Was Yanukovych’s Ouster Constitutional?”, *Radio Free Europe/Radio Liberty*, 23 de fevereiro de 2014, disponível em <http://www.rferl.org/content/was-yanukovychs-ouster-constitutional/25274346.html>

24. No começo de abril, 70% dos pesquisados ao leste e ao sul da Ucrânia não consideravam Yanukovych um presidente legítimo, disponível em http://zn.ua/UKRAINE/mneniya-i-vzglyady-zhiteley-yugo-vostoka-ukrainy-aprel-2014-143598_.html. No fim de abril, 90,3% dos respondentes em toda a Ucrânia eram contra o retorno de Yanukovych à presidência, incluindo 81,8% ao leste e 84,7% ao sul, disponível em http://www.razumkov.org.ua/upload/1399382915_file.doc

25. Vladimir Gelman, “The Dynamics of Sub-National Authoritarianism: Russia in Comparative Perspective”, *Russian Politics & Law*, 48(2), março-abril de 2010, pp. 7–26.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>